

Cod. 1 - Direito Civil - 6 questões
DIREITO CIVIL

.01. O evicto, salvo estipulação em contrário, além da restituição integral do preço, ou das quantias que pagou, tem direito, dentre outras coisas:

- A. À indenização dos frutos que tiver sido obrigado a restituir, excluídas as custas judiciais.
- B. À indenização dos frutos que tiver sido obrigado a restituir, bem como das despesas dos contratos e dos prejuízos que resultarem da evicção, direta ou indiretamente.
- C. Às custas judiciais.
- D. À indenização das despesas dos contratos e dos prejuízos que direta ou indiretamente resultarem da evicção.

.02. O ato anulável:

- A. Não pode ser ratificado pelas partes.
- B. Pode ser ratificado pelas partes, sendo que a ratificação terá efeito "ex nunc".
- C. Pode ser ratificado pelas partes, salvo direito de terceiro, retroagindo a ratificação à data do ato.
- D. Pode ser ratificado entre as partes, salvo direito de terceiro, não retroagindo a ratificação à data do ato, mas à data escolhida pelas partes.

.03. Dentre as alternativas abaixo, qual a correta na indicação de modo de aquisição originária da propriedade?

- A. Acesso e usucapião.
- B. Usucapião, descartado qualquer outro modo.
- C. Direito hereditário e acesso.
- D. Doação e usucapião.

.04. NÃO pode ser sujeito de direitos na estrutura do direito civil brasileiro:

- A. O silvícola.
- B. O nascituro.
- C. A pessoa jurídica.
- D. O "de cuius".

.05. Um vaso de plantas cai da janela de uma unidade condominial, causando um dano. Neste caso, pode-se afirmar que a responsabilidade civil pelo dano causado é:

- A. Relativa.
- B. Objetiva.
- C. Aquiliana.
- D. Solidária.

.06. Sobre registros públicos, pode-se afirmar que:

- A. O prenome é invariavelmente imutável depois dos 21 anos de idade.
- B. O assento de óbito dá-se no local do sepultamento.
- C. A existência legal das pessoas jurídicas prescinde do registro dos atos constitutivos.
- D. O contrato de locação de prédios do qual conste cláusula de vigência, na hipótese de alienação da coisa locada, será registrado no Registro de Imóveis.

Cod. 2 - Direito Penal - 3 questões
DIREITO PENAL

.07. É correto afirmar que:

- A. Na difamação, é imputado fato ofensivo à reputação de alguém, não sendo, contudo, admitida a exceção da verdade.
- B. Na calúnia, é imputado falsamente a alguém fato definido como crime, sendo admitida a exceção da verdade apenas se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.
- C. O conceito desfavorável emitido por funcionário público, em apreciação ou informação que preste no cumprimento de dever de ofício não constitui injúria ou difamação punível, desde que não seja dada publicidade.
- D. A pena do funcionário público que comete qualquer dos crimes contra a honra, em razão de suas funções, é aumentada de 2/3.

.08. "A" exigiu de "B", como garantia de dívida, abusando da situação, documento que poderia dar causa a procedimento criminal contra a mãe de "B". Qual a figura típica retratada pela ação de "A"?

- A. Extorsão cumulada com abuso de poder.
- B. Abuso de poder.
- C. Extorsão simples.
- D. Extorsão indireta.

.09. Sobre o "sursis", indique a alternativa correta:

- A. A execução da pena privativa de liberdade, não superior a 4 anos, poderá ser suspensa por 2 a 3 anos, desde que o condenado seja maior de 65 anos de idade.
- B. A execução da pena privativa de liberdade, não superior a 4 anos, poderá ser suspensa, por 4 a 6 anos, desde que o condenado seja maior de 70 anos de idade.
- C. A execução da pena privativa de liberdade, não superior a 2 anos, poderá ser suspensa, por 2 a 5 anos, respeitados os requisitos legais, se o condenado for maior de 65 anos de idade.
- D. A execução da pena privativa de liberdade, superior a 4 anos, poderá ser suspensa por 4 a 6 anos, desde que o condenado seja maior de 70 anos de idade.

Cod. 3 - Direito Constitucional - 6 questões
DIREITO CONSTITUCIONAL

.10. De acordo com o ordenamento jurídico de nosso país, depende de aprovação prévia em concurso público de prova ou de provas e títulos, a investidura do agente em:

- A. Cargo público ou função pública.
- B. Cargo público ou emprego público.
- C. Cargo público de provimento em comissão.
- D. Função pública ou emprego público.

.11. Constitui(em) ato(s) normativo(s) primário(s):

- A. Somente a lei.
- B. O projeto de lei complementar.
- C. A lei e a medida provisória.
- D. A lei e o projeto de lei complementar.

.12. O direito à livre associação sindical é garantido:

- A. Ao servidor público militar.
- B. Aos servidores públicos, civis ou militares.
- C. Somente aos empregados das empresas do Estado, conhecidos como "celetistas" (regidos pela CLT).
- D. Ao servidor público civil.

.13. Sobre o controle da constitucionalidade, é correto afirmar que:

- A. No controle concreto, também chamado de controle direto da constitucionalidade, a decisão tem efeito "erga omnes", podendo a ação ser proposta apenas pelo Procurador Geral da República.
- B. No controle concreto, também chamado de controle indireto da constitucionalidade, a inconstitucionalidade do ato legislativo ou normativo é argüida incidentalmente perante qualquer juiz ou tribunal; a decisão produz efeitos "inter partes", sendo que a questão só pode ser argüida pelo titular do direito, individual ou coletivo.
- C. No controle indireto ou via de exceção, declarada a inconstitucionalidade, a lei torna-se automaticamente inaplicável, já que o efeito da decisão é "erga omnes".
- D. No controle abstrato ou direto da constitucionalidade, tem-se por objeto a declaração da inconstitucionalidade de lei, de forma que a decisão produza efeito "inter partes", podendo a questão ser argüida pelo titular do direito ou pelo Procurador Geral da República.

.14. Das alternativas abaixo, assinale a única correta:

- A. A Constituição Federal de 1988 é rígida, uma vez que exige procedimento especial mais rigoroso para alteração dos preceitos constitucionais que o das normas infraconstitucionais, de sorte que uma emenda constitucional, para ser aprovada, precisa de maioria qualificada, ou seja, de 3/5 dos votos dos membros de cada casa do Congresso Nacional, enquanto uma lei ordinária é aprovada por maioria simples.
- B. A Constituição Federal de 1988 é flexível, já que as normas constitucionais se alteram com o mesmo procedimento das leis ordinárias, ou seja, maioria qualificada.
- C. A Constituição Federal de 1988 é rígida, de sorte que uma emenda constitucional, para ser aprovada, precisa de maioria

qualificada, ou seja, de 2/3 dos votos dos membros de cada casa do Congresso Nacional, enquanto uma lei ordinária é aprovada por maioria simples.

- D. A Constituição Federal de 1988 é semi-flexível, pois algumas normas constitucionais exigem um procedimento especial para alteração e outras não.

.15. Assinale a alternativa INCORRETA:

- A. Brasileiro naturalizado pode ser extraditado por crime cometido antes da aquisição da nacionalidade brasileira ou por comprovado envolvimento em tráfico de entorpecentes.
B. Para a composição do Conselho da República, podem ser indicados brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.
C. A propriedade da empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.
D. Não se admite a extradição de brasileiro nato em qualquer hipótese.

Cod. 4 - Direito Administrativo - 12 questões

DIREITO ADMINISTRATIVO

.16. Constitui(em) ato(s) de improbidade administrativa que atenta(m) contra os princípios da Administração Pública:

- A. Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
B. Permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
C. Frustrar a licitude de concurso público.
D. Dispensar processo licitatório indevidamente.

.17. Assinale a alternativa correta, conforme o previsto na Lei 8429/92:

- A. Os atos de improbidade administrativa importarão, cumulativamente, na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento ao erário, na forma e na graduação previstas em lei, sendo vedado o "bis in idem", mediante ação penal.
B. Os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública importarão, cumulativamente, ao responsável, no ressarcimento integral do dano, se houver, na perda da função pública, na suspensão dos direitos políticos, no pagamento de multa civil no valor de até 100 vezes a remuneração percebida pelo agente e na proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber incentivos ou benefícios fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, por 3 anos, sem prejuízo das sanções penais, administrativas e civis, previstas em lei específica.
C. A aplicação das sanções previstas na Lei 8429/92 dependerá da efetiva ocorrência do dano ao patrimônio público.
D. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos aplicadas como sanção à prática de ato de improbidade administrativa já se efetivam com a condenação do agente em primeiro grau de jurisdição, independentemente da eventual interposição de recurso.

.18. NÃO se inclui, dentre os princípios da licitação:

- A. Princípio do "non bis in idem".
B. Princípio da competitividade.
C. Princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
D. Princípio da padronização.

.19. Assinale a alternativa INCORRETA:

- A. Na modalidade licitatória do convite, haverá contratação direta pela Administração Pública se, por insuficiência do mercado ou por manifesto desinteresse dos convidados, for impossível obter, no mínimo, 3 propostas em condição de julgamento.
B. Na modalidade licitatória do convite, havendo na praça mais de 3 possíveis interessados, a cada novo convite realizado para objeto idêntico ou semelhante é obrigatório o convite a, no mínimo, mais um interessado, enquanto houver cadastrados que não tenham sido convidados nas últimas licitações.
C. É expressamente vedada a combinação das modalidades licitatórias taxativamente previstas em lei.
D. Na modalidade licitatória do convite, se, por insuficiência do mercado, for impossível obter, no mínimo, 3 propostas em condição de julgamento, essa circunstância deverá ser

devidamente certificada no processo, sob pena de repetição do convite.

.20. No tocante ao abuso de poder, é INCORRETO dizer-se que:

- A. Ocorre excesso de poder quando a autoridade ultrapassa sua competência legal, dolosa ou culposamente, tornando o ato praticado arbitrário, ilícito e nulo.
B. O silêncio da Administração Pública quanto a pronunciamento que lhe competir será suprido pelo Poder Judiciário, que praticará o ato omitido pela Administração, amparando-se, assim, o direito do administrado postulante.
C. O silêncio da Administração Pública quanto a pronunciamento que lhe competir nem sempre poderá valer como concordância tácita, podendo representar aceitação ou rejeição do pedido do administrado, conforme o caso.
D. Quando a autoridade administrativa outorga uma permissão sem interesse coletivo, ocorre desvio de finalidade e, não, excesso de poder.

.21. A vedação constitucional de acumulação remunerada de cargos públicos:

- A. Estende-se a empregos e funções públicas, mas abrange apenas as autarquias e os entes da Administração Pública direta.
B. Restringe-se aos cargos públicos, excluídos empregos e funções públicas, e abrange as autarquias.
C. Estende-se a empregos e funções, mas não se aplica às pessoas jurídicas da Administração indireta quando houver compatibilidade de horários.
D. Constitui regra geral, mas é permitida a acumulação remunerada de um cargo de vereador com qualquer outro cargo, emprego ou função pública, desde que haja compatibilidade de horários.

.22. No tocante aos bens públicos, assinale a alternativa correta:

- A. Os bens públicos não podem ser jamais objeto de desapropriação.
B. Os bens públicos de domínio de Municípios só podem ser desapropriados pela União, desde que para fins de utilidade pública.
C. Os bens públicos de domínio de um Município podem ser desapropriados tanto pela União quanto pelo Estado-membro em cujo território se encontrem.
D. Os bens públicos de domínio de um Município só podem ser desapropriados pelo Estado-membro em cujo território se localize e, nunca, pela União, em face do princípio federativo.

.23. Sobre bens públicos, assinale a alternativa ERRADA:

- A. Os de uso comum ou especial, enquanto estiverem afetados, serão sempre inalienáveis.
B. As terras devolutas são bens públicos dominicais, sendo que as indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e das construções militares, as vias federais de comunicação, bem como as áreas de preservação ambiental pertencem à União. As demais pertencem aos Estados-membros, desde que não tenham sido trespassadas aos Municípios.
C. Os bens desafetados, ao passarem à categoria de bens públicos dominicais poderão, por meio de lei, perder a inalienabilidade.
D. A desafetação dos bens de uso comum, isto é, seu trespassse para uso especial ou sua conversão em bens meramente dominicais dar-se-á com o trânsito em julgado de sentença declaratória procedente.

.24. Assinale a alternativa ERRADA:

- A. A presunção de legitimidade do ato administrativo é presunção "jure et de jure" (absoluta), em face da supremacia do Poder Público perante os administrados.
B. O chamado "poder extroverso" da Administração, que permite ao Poder Público editar provimentos que interferem na esfera jurídica do administrado, dá ao ato administrativo o atributo de imperatividade.
C. Conforme a teoria dos Motivos Determinantes, ocorrerá nulidade do ato administrativo se o agente invocar fatos falsos para fundamentar a prática de ato discricionário, ainda que a lei dispense motivação expressa.
D. A autorização de porte de arma e a licença para construir são exemplos, respectivamente, de ato administrativo discricionário e de ato administrativo vinculado.

- .25. A invasão de um presídio pela Polícia Militar do Estado, em caso de rebelião de presos, que venha a acarretar várias mortes de detentos e policiais, como ocorreu no episódio do Carandiru, caracteriza a responsabilidade objetiva do Estado:
- A. Por ser ordenada pela cúpula da Polícia Militar e por outras autoridades superiores.
 - B. Pela teoria do risco administrativo.
 - C. Pelo abuso de direito de repressão, individualmente comprovado.
 - D. Pela configuração da chamada "falta de serviço", ou seja, pelo mau funcionamento do serviço.
- .26. Em relação aos contratos administrativos, é correto afirmar que:
- A. A "exceptio non adimpleti contractus", sendo princípio geral de direito contratual, é aplicável sem qualquer restrição.
 - B. O particular contratado poderá suspender o cumprimento de suas obrigações contratuais se os pagamentos devidos pela Administração Pública atrasarem por mais de 90 dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.
 - C. A rescisão unilateral do contrato pela Administração Pública por razões de relevante interesse público não acarreta o pagamento de indenização ao contratado não culpado, em face do princípio da supremacia do interesse público sobre o particular.
 - D. É facultada à empresa concessionária de serviço público a paralisação sumária na execução do serviço, na hipótese de não estar recebendo os pagamentos devidos pela Administração.
- .27. Assinale a alternativa ERRADA:
- A. A Administração Pública poderá revogar ato administrativo por motivo de conveniência e oportunidade.
 - B. A revogação do ato administrativo tem efeitos "ex nunc", pois ao ato revogado, legítimo e eficaz, não se podem negar os efeitos passados produzidos.
 - C. O controle da Administração feito pelo Poder Judiciário pode, por vezes, adentrar o mérito do ato administrativo, analisando aspectos de conveniência e oportunidade.
 - D. A anulação do ato administrativo ilegítimo ou ilegal pode ser feita tanto internamente, pela própria Administração Pública, como externamente, pelo Poder Judiciário.

Cod. 5 - Direito do Trabalho - 9 questões
DIREITO DO TRABALHO

- .28. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário:
- A. Até 3 dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge.
 - B. Até 3 dias consecutivos, em virtude de casamento.
 - C. Até 3 dias consecutivos, em virtude de falecimento de filho.
 - D. Até 2 dias consecutivos, em virtude de casamento ou de falecimento de filho.
- .29. De acordo com o artigo 66 da CLT, é correto afirmar que, como regra geral:
- A. Entre 2 jornadas de trabalho, haverá um período mínimo de 12 horas consecutivas para descanso.
 - B. Entre 2 jornadas de trabalho, haverá um período de, no máximo, 10 horas consecutivas para descanso.
 - C. Entre 2 jornadas de trabalho, haverá um período mínimo de 11 horas consecutivas para descanso.
 - D. Entre 2 jornadas de trabalho, haverá um período mínimo de 8 horas consecutivas para descanso.
- .30. Nos termos do que prevê a CLT, assinale a alternativa ERRADA, no que concerne às férias do empregado:
- A. O empregado terá direito a 30 dias corridos de férias, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, ainda que tenha tido 4 faltas injustificadas neste período.
 - B. O empregado que tiver mais de 32 faltas injustificadas, no período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, não terá direito a férias.
 - C. O empregado que tiver mais de 32 faltas injustificadas, no período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, terá direito a férias de, no máximo, 11 dias corridos, uma vez que,

para cada falta que exceder a 32^ª, lhe será descontado 1 dia do período de gozo.

- D. O empregado terá direito a 12 dias corridos de férias, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, quando houver tido entre 24 e 32 faltas injustificadas neste período.
- .31. Assinale a alternativa que denota ERRO quanto às regras de aplicação da lei material trabalhista:
- A. A relação jurídica trabalhista é regida pelas leis vigentes no país em que ocorrer a execução do contrato de trabalho pelo empregado, sendo tal princípio a regra geral, salvo exceções previstas em normas específicas.
 - B. A relação jurídica trabalhista é regida pelas leis vigentes no país em que se der a contratação, como regra geral, sendo, excepcionalmente, regida pelas leis vigentes no país da execução do trabalho, pelo empregado.
 - C. Tratando-se de empresas prestadoras de serviços de engenharia, projetos e obras, a norma específica manda aplicar a lei brasileira, desde que mais favorável, no caso de o empregado ter sido, de início, contratado por uma empresa sediada no Brasil.
 - D. Para o trabalho realizado, preponderantemente, em alto mar, deve prevalecer a lei da bandeira, ou matrícula do navio. Contudo, a aplicação da lei da bandeira do navio não é o critério definitivo em matéria de competência jurisdicional trabalhista.
- .32. Sobre a alteração dos contratos individuais de trabalho, é INCORRETO afirmar que:
- A. Não se considera alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.
 - B. Só é lícita a alteração por mútuo consentimento e desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente.
 - C. Só é lícita a alteração por mútuo consentimento e desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregador e ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente.
 - D. O mútuo consentimento poderá ser verbal ou escrito, tal como o próprio contrato pode ser.
- .33. Ao empregado afastado do emprego:
- A. São asseguradas, por ocasião de sua volta, algumas das vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa, desde que demonstre merecimento e atualização técnica.
 - B. São asseguradas, por ocasião de sua volta, todas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa.
 - C. Não são asseguradas, por ocasião de sua volta, todas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa.
 - D. São asseguradas, por ocasião de sua volta, todas as vantagens que possuía antes de sua ausência, não tendo, contudo, diretamente, direito às que foram atribuídas à categoria à qual pertencia na empresa, durante sua ausência.
- .34. Sobre a organização sindical brasileira, assinale a alternativa que expressa previsão constitucional:
- A. É defeso ao aposentado filiado ser votado nas organizações sindicais, sendo-lhe garantido, contudo, o direito a votar.
 - B. Em casos excepcionais, será permitida a implantação de sindicatos orgânicos que reúnem trabalhadores de diferentes categorias integradas em um mesmo segmento econômico.
 - C. O registro de sindicatos no órgão competente e a autorização para a criação de centrais sindicais são princípios constitucionais da organização sindical brasileira.
 - D. É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- .35. Das decisões definitivas proferidas em primeiro grau de jurisdição trabalhista, em processo de conhecimento, o recurso cabível, que visa ao reexame da matéria pelo juiz "ad quem" será:
- A. Recurso ordinário, no prazo de 8 dias.
 - B. Apelação, no prazo de 15 dias.

- C. Recurso ordinário constitucional, no prazo de 8 dias.
- D. Embargos declaratórios, no prazo de 5 dias.

- 36.** Havendo Convenção, Acordo ou Sentença Normativa em vigor, o dissídio coletivo deverá ser instaurado dentro dos:
- A. 60 dias anteriores ao respectivo termo final, para que o novo instrumento possa ter vigência no dia imediato a esse termo.
 - B. 30 dias anteriores ao respectivo termo final, para que o novo instrumento possa ter vigência no dia imediato a esse termo.
 - C. 90 dias anteriores ao respectivo termo final, para que o novo instrumento possa ter vigência no dia imediato a esse termo.
 - D. 60 dias anteriores ao respectivo termo final, para que o novo instrumento possa ter vigência no mês subsequente ao do início do novo termo.

Cod. 6 - Direito Tributário - 3 questões
DIREITO TRIBUTÁRIO

- 37.** Assinale a alternativa que contém 3 exemplos de modalidades de extinção do crédito tributário:
- A. Remição, decadência, conversão do depósito em renda.
 - B. Prescrição, remição, depósito do montante integral.
 - C. Compensação, depósito do montante integral, transação.
 - D. Remissão, decadência, conversão do depósito em renda.
- 38.** O prédio de propriedade do Estado, onde funciona uma escola pública, não está sujeito à incidência de IPTU, em face do princípio constitucional da:
- A. Imunidade tributária recíproca.
 - B. Igualdade tributária.
 - C. Capacidade contributiva.
 - D. Isenção tributária subjetiva.
- 39.** Assinale a alternativa ERRADA:
- A. Uma vez proposta a ação anulatória de débito fiscal, com a prévia garantia de instância, a Fazenda Pública não poderá ajuizar execução fiscal, pois resta trancada a via de execução.
 - B. O ajuizamento da ação anulatória de débito fiscal, por si só, não impede que a Fazenda Pública intente a competente ação de execução fiscal.
 - C. O ajuizamento da ação anulatória de débito fiscal, por si só, já impede que a Fazenda Pública intente a competente execução fiscal, pois o ordenamento jurídico tributário proíbe a existência simultânea de 2 processos com objetos idênticos.
 - D. O ajuizamento da ação anulatória de débito fiscal pode dar-se a qualquer momento, após a lavratura do auto de infração, sem a necessidade de prévio exaurimento das vias administrativas.

Cod. 7 - Processo Civil - 6 questões
DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 40.** De acordo com o Código de Processo Civil:
- A. A ação intentada perante tribunal estrangeiro induz litispendência e obsta que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas.
 - B. A ação intentada perante tribunal estrangeiro não induz litispendência, mas obsta que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas.
 - C. A ação intentada perante tribunal estrangeiro não induz litispendência, nem obsta que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas.
 - D. A ação intentada perante tribunal estrangeiro induz litispendência, mas não obsta que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas.
- 41.** Para a Fazenda Pública e para o Ministério Público, computar-se-á o prazo:
- A. Em dobro para contestar e em quádruplo para recorrer.
 - B. Em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.
 - C. Em quádruplo para contestar e recorrer.
 - D. Em dobro para contestar e recorrer.
- 42.** Sobre reconvenção, indique a alternativa correta:
- A. O réu pode reconvir ao autor em qualquer situação fática, sendo que os julgamentos da ação e da reconvenção serão simultâneos, na mesma sentença.

- B. Nada obsta que o réu, em seu próprio nome, reconvenha ao autor quando este demandar em nome de terceiro.
- C. A desistência da ação ou a existência de causa extintiva obsta o prosseguimento da reconvenção.
- D. Ao reconvinde que residir fora do Brasil, não se exigirá caução suficiente a custas e honorários advocatícios da parte contrária, ainda que não tenha, no Brasil, bens imóveis que lhe garantam o pagamento.

- 43.** Assinale a alternativa INCORRETA:
- A. A ação popular exige a presença de 3 requisitos: condição de eleitor, ilegalidade ou ilegitimidade do ato e lesividade do ato ao patrimônio público.
 - B. O Ministério Público jamais poderá promover o prosseguimento da ação popular, competindo-lhe, apenas, o acompanhamento da demanda.
 - C. A ação popular somente pode ser proposta por cidadão brasileiro; o ato impugnado deve ser contrário ao ordenamento jurídico e lesivo ao patrimônio público.
 - D. Se o autor desistir da ação popular, fica assegurado a qualquer outro cidadão, bem como ao Ministério Público, promover o prosseguimento da demanda.

- 44.** Em se tratando de medida cautelar, qual a alternativa correta?
- A. O procedimento cautelar pode ser instaurado antes ou no curso do processo principal; é sempre dependente e, em casos excepcionais, autorizados em lei, o juiz determinará medidas cautelares sem a audiência das partes.
 - B. O procedimento cautelar pode ser instaurado no curso do processo principal, única hipótese em que é dependente, podendo o juiz, em qualquer caso, determinar a medida cautelar sem a audiência das partes.
 - C. O procedimento cautelar pode ser instaurado antes ou no curso do processo principal; é sempre dependente e, em qualquer hipótese, o juiz poderá determinar medidas cautelares sem a audiência das partes.
 - D. O procedimento cautelar só pode ser instaurado antes do processo principal; é dependente e, em casos excepcionais, o juiz determinará medidas cautelares sem a audiência das partes.

- 45.** NÃO constitui hipótese de suspeição do juiz:
- A. Quando ele for interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes.
 - B. Quando ele subministrar meios para atender às despesas do litígio.
 - C. Quando no processo já estiver postulando como advogado da parte, parente seu na linha colateral até segundo grau.
 - D. Quando alguma das partes for credora de parentes seus até o terceiro grau na linha colateral.

Cod. 8 - Processo Penal - 3 questões
DIREITO PROCESSUAL PENAL

- 46.** Pairando dúvida sobre a integridade mental do acusado:
- A. O juiz ordenará que o acusado seja submetido a exame médico legal, apenas na hipótese de o Ministério Público ou o defensor ter-se pronunciado, fazendo o respectivo requerimento.
 - B. O acusado não poderá ser submetido ao exame médico legal durante a fase do inquérito policial, havendo necessidade de se aguardar o processo.
 - C. O exame médico legal só poderá ser ordenado pelo juiz, de ofício ou a requerimento do defensor, do curador, do ascendente, do descendente, do irmão ou do cônjuge, quer na fase do inquérito policial, quer na fase do processo.
 - D. O exame médico legal não poderá ser ordenado de ofício pelo juiz, durante a fase do inquérito policial.
- 47.** Na sala secreta, durante a votação dos quesitos, a resposta dos jurados a um daqueles foi contraditória à outra já proferida. Diante desta realidade, qual o procedimento a ser adotado pelo Juiz Presidente?
- A. Suspende a votação, dissolvendo-se o Conselho.
 - B. Reunir-se com o Ministério Público para solucionar o impasse gerado.
 - C. Proferir decisão, anulando-se o julgamento dos jurados.

- D. Submeter o aludido quesito novamente aos jurados, dando-lhes as explicações necessárias.
- .48. Das alternativas abaixo, qual constitui uma das condições elencadas no artigo 70 do Código de Processo Penal para a concessão do livramento condicional?
- A. Cumprimento de mais da metade da pena ou de mais de 3/4, se reincidente o sentenciado.
- B. Cumprimento de mais de 1/3 da pena ou mais de 3/4, se reincidente o sentenciado.
- C. Cumprimento de mais da metade da pena, independentemente de ser o sentenciado reincidente.
- D. Cumprimento de metade da pena ou de 3/4, se reincidente o sentenciado.

Cod. 9 - Língua Portuguesa - 12 questões
PORTUGUÊS SUPERIOR

- .49. Assinale a alternativa que completa, adequadamente, os espaços em branco, de acordo com as idéias expressas nos parênteses:
- "Minha opinião vai _____ (é contrária) dele."
"Minha opinião vai _____ (é favorável) sua"
- A. de encontro a – de encontro a.
- B. de encontro a – ao encontro da.
- C. ao encontro da – ao encontro da.
- D. ao encontro da – de encontro a.
- .50. Assinale a alternativa que apresenta uma oração craseada incorretamente, de acordo com a Gramática Normativa:
- A. Ele obedeceu à mãe.
- B. Todos assistem à novela das oito.
- C. Dei flores à ele.
- D. Fui à casa de Paula ontem.
- .51. Assinale a alternativa que apresenta palavras com o mesmo prefixo:
- A. Transpor, repor, por.
- B. Transpor, deslocar, deslocamento.
- C. Proferir, prolar, prolação.
- D. Preferir, prêmio, presente.
- .52. Assinale a alternativa cuja oração destacada expressa relação de tempo:
- A. "Quando morreu", os parentes deram entrada no inventário.
- B. "Já que morreu", os parentes deram entrada no inventário.
- C. "Como não tivesse morrido", os parentes não puderam dar entrada no inventário.
- D. Morreu "e os parentes não deram entrada no inventário".
- .53. A alternativa que completa as orações abaixo de acordo com o padrão culto é:
- "Entre _____ e ele não _____ desavenças".
- A. mim – houve.
- B. eu – houve.
- C. mim – houveram.
- D. eu – houveram.
- .54. Assinale a alternativa que completa as lacunas abaixo de acordo com os padrões cultos:
- "Já _____ cinco anos que a ré foi condenada, mas ela ainda está _____ arrependida de seu delito".
- A. faz – pouca.
- B. fazem – pouco.
- C. fazem – pouca.
- D. faz – pouco.
- .55. A alternativa que apresenta uma palavra acentuada indevidamente é a:
- A. Rúbrica.
- B. Refém.
- C. Mediocre.
- D. Juíza.
- .56. Em relação à colocação pronominal, podemos afirmar que a alternativa que completa a oração abaixo de acordo com o padrão culto é:
- "_____ em conta todas as despesas diárias no montante de nosso contrato."

- A. Se levará.
- B. Levar-se-á.
- C. Se levarão.
- D. Levar-se-ão.

- .57. Em uma das alternativas abaixo, uma oração apresenta uma regência verbal em desacordo com o padrão culto. Assinale-a:
- A. Os alunos desobedeceram às normas da escola.
- B. Todos aspiram a uma boa situação econômica.
- C. O livro que precisava chegou.
- D. Este é o cargo a que sempre almejei.
- .58. Assinale a alternativa cujo período foi pontuado corretamente:
- A. Findo o prazo, nada mais poderia ser feito.
- B. Findo, o prazo, nada mais, poderia ser feito.
- C. Findo o prazo nada, mais poderia, ser feito.
- D. Findo o prazo nada, mais poderia ser, feito.
- .59. Sabendo-se que antítese consiste na aproximação de palavras ou expressões de sentidos opostos, assinale a alternativa que apresenta um exemplo dessa figura de linguagem:
- A. És, simultaneamente, esplendor e sepultura.
- B. Pedro foi desta para melhor.
- C. Ele foi um tímido, um fraco, um frouxo.
- D. Ernesto chorou rios de lágrimas.

- .60. Assinale a alternativa que completa o período abaixo de acordo com o padrão culto.
- "Naquelas cidades invadidas, não se _____ senão crianças e velhos _____"
- A. vêm – desolados.
- B. vêem – desolados.
- C. veem – desoladas.
- D. vem – desolados.

FIM DO CADERNO DE TESTES

ENUNCIADO DA PEÇA PROCESSUAL

Resolva esta peça processual em folha dupla de papel almaço.
Coloque em cada folha dupla seu nome completo e seu CPF.

Mario, 16 anos, filho de pais separados judicialmente e estando sob a guarda da genitora, estuda na escola particular X. Ocorre que, tendo o pai deixado de pagar ao filho os alimentos devidos (conforme decisão judicial transitada em julgado), Mario acabou por ficar inadimplente com relação às mensalidades escolares. Deste modo, passou a ser discriminado por colegas e funcionários da escola. A situação se agravou quando, por ocasião de sua transferência para outra instituição de ensino, Mario requereu uma certidão com seu histórico escolar, tendo-lhe sido negado o pedido pelo Secretário do colégio credor. Como advogado do aluno, qual a medida judicial cabível para que Mario obtenha a certidão requerida? Elabore a respectiva peça processual.